

ACTA Nº 02/2006

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E SEIS.

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e seis, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise do ponto único da Ordem do Dia:

Ponto Único – Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 22/11/2005 a 20/02/2006.

COMPOSIÇÃO DA MESA.

A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho.

PRESENÇA DO EXECUTIVO.

Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal.

FALTAS

Jorge Tadeu Morgado, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído nos termos do artigo 78º. da Lei 5/A-2002, de 11/01/2002, pelo que se lhe segue na lista, Hernâni Santo.

Manuel Serra, Presidente da Junta de Freguesia da Gaíanha da Nazaré, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivo de ausência de serviço. Por esse motivo é substituído pelo José Margaça Nunes, Secretário da referida Junta.

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a presença de todos: Humberto Rocha, Álvaro Ramos, Pedro Tróia, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, Josué Teixeira, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Cláudia Santos, Nuno Torres, Fernando Nascimento, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Maria de Lurdes Vieira, Eduardo Ferreira, Rui Pereira, Hugo Coelho, Dinis Gandarinho, Hernâni Santo, Rufino Filipe, José Margaça Nunes e Domingos Vilarinho.

A reunião teve início às 21H30.

ACTAS DAS REUNIÕES ANTERIORES:

Foram presentes as seguintes actas para aprovação:

Acta n.º 02/2005-2009: Submetida a votação foi aprovada por unanimidade;

Acta n.º 03/2005-2009: Submetida a votação foi aprovada por maioria com o voto contra do membro José Loureiro, que ditou para a acta a seguinte declaração de voto:

“Votamos contra porque consideramos que a acta não cumpre a Lei das Autarquias, nem sequer representa os factos passados nesta Assembleia Municipal. Não se encontram em acta as palavras do Senhor Presidente da Câmara, que afirma não ser obrigado a cumprir a Lei, porque assim o entendeu a A.N.M.P.

Ílhavo, 24 de Fevereiro

O membro do P.C.P.

Ass)- José Alberto Manuel Loureiro”.

Acta n.º 01/2006: Submetida a votação foi aprovada por unanimidade;

CORRESPONDENCIA RECEBIDA ENTRE 05/12/05 e 20/02/06

O Sr. Presidente disse, que tinha sido enviada aos membros uma relação da correspondência recebida.

Perguntou de seguida, se algum membro necessitava de esclarecimento sobre a correspondência que chegou à Assembleia Municipal.

Não houve qualquer pedido de esclarecimento por parte dos membros.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

PROPOSTA APRESENTADA PELO CDS/PP.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, leu a proposta apresentada pelo membro afecto ao CDS/PP:

“Considerando que a ZIM (Zona Industrial da Mota) é um grande e importante pólo industrial do Concelho de Ílhavo,

Que essa mesma ZIM pode beneficiar no futuro se houver uma melhor estruturação entre os próprios industriais,

Que esses mesmos industriais beneficiariam na questão publicitária das indústrias e na promoção dessas mesmas indústrias,

Que com uma associação consistente o poder de negociação com as diversas entidades seria muito mais forte, e objectivo,

Porque esse mesmo pólo industrial promove inequivocamente o desenvolvimento do local,

Porque esse mesmo pólo industrial, na sua componente fiduciária é uma enorme mais-valia directa para o orçamento desta Câmara Municipal,

Considerando que a Câmara deve promover um completo e adequado desenvolvimento orgânico e estrutural da ZIM através da execução de infra-estruturas como saneamento, adequadas vias de comunicação, ramais e electricidade, telefone e outras, através da utilização directa da derrama, CDS-PP, propõe a esta Assembleia que aprove esta proposta, no sentido de abrir um espaço negocial entre a Câmara Municipal e os industriais da ZIM, no sentido de proporcionarem

a criação de uma associação industrial da ZIM com apoio claro e inequívoco, inicial, por parte da Câmara a essa mesma associação. -----

Ass)- Eduardo Manuel Simões Ferreira" -----

Finda a leitura desta proposta, a reunião foi suspensa por cinco minutos. -----

Reiniciada a reunião, foi entregue a todos os membros uma fotocópia da referida proposta. -----

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, perguntou aos membros se a proposta, era aceite ou não, para discussão. -----

Submetida a votação foi deliberado por maioria, com duas abstenções, aceitar a proposta em causa para discussão. -----
Nesta altura o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, perguntou ao proponente se a discussão poderia ter lugar na próxima sessão, o que foi aceite de imediato. -----

No Período Antes da Ordem do Dia o Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

EDUARDO FERREIRA disse: -----

"No dia sete de Dezembro de 2005, através de reunião ordinária desta Assembleia Municipal tinham sido eleitos cinco cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança. Pergunta se este Conselho funciona, e em que moldes, e se efectivamente os cinco elementos eleitos desta Assembleia Municipal, tinham ou deviam participar em reuniões daquele mesmo Conselho. É que já tinham sido eleitos há dois meses e meio, e ainda não tinha havido qualquer tipo de comunicação. -----

Outra questão era que a Lei 169/99, de 18 de Setembro, no seu artigo 53º, alínea e), que tinha sido alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com a mesma redacção, dizia que em cada sessão ordinária, à Assembleia Municipal devia ser apresentado entre outras, uma informação da situação financeira do Município, e que aquela informação devia ser enviada ao Presidente da Mesa com a antecedência de cinco dias sobre a data do início da sessão, para que constasse da respectiva ordem do dia. Perguntou se o Sr. Presidente da Mesa tinha recebido esta informação. -----

Outra questão, era sobre a suspensão do mandato. O artigo 77º da mesma Lei, dizia no seu ponto dois que o pedido de suspensão do mandato devia ser apreciado pelo plenário do órgão, na reunião imediata à sua apresentação à mesa. Perguntou se as suspensões dos mandatos que ocorreram, tinham obedecido aquele dispositivo legal. E se não tivesse sido o caso, em que situação é que os eleitos que tinham pedido da suspensão do mandato, se encontravam. -----

Outra questão, era que o Município estava neste momento a iniciar uma nova fase de saneamento, e que ainda bem, mas perguntou se nesta fase já se fazia a ligação do ramal a cada habitação, ou se ia esperar que estradas fossem atapetadas para logo a seguir as vermos cortadas como era apanágio em quase todas as estradas deste concelho. -----

Por último e como o nosso querido Portugal estava em maré de poupar, que pelo menos se dizia, achava que no concelho de Ílhavo, também deveria ser exemplo na poupança de electricidade, no que à iluminação pública dizia respeito. Porque neste momento às cinco horas da tarde, já se podia ver as lâmpadas da iluminação pública". -----

FLOR AGOSTINHO disse: -----

"No passado dia 22 de Janeiro, o Prof. Cavaco Silva tinha vencido com uma maioria de 50,59% dos votos expressos em urna, nas eleições para Presidente da República. -----

Cavaco Silva tinha sido o grande vencedor das Eleições Presidenciais. Que, com aquele acto, tinha terminado um ciclo de eleições que de alguma forma tinha criado uma certa instabilidade no País, propiciadora do estado de dificuldades financeiras sentidas pela nossa sociedade em geral. -----

Sempre defenderam que, quando Cavaco Silva terminou os seus mandatos na chefia do Governo, tinha deixado um capital de confiança na sociedade e um capital efectivo de meios, incomparavelmente promissores se comparados com o clima de desânimo e dificuldades de hoje. -----

A tendência negativa revelada pela economia portuguesa e a descrença das pessoas actualmente reveladas, resultavam sobretudo de uma péssima experiência de governação que se tinha sido seguido a esse período, agravada com as alterações significativas no contexto internacional. -----

A sua inegável capacidade económica e política aliada à longa experiência lectiva e de governação, lhe permitiam ter uma visão exacta da situação comparativa de Portugal no mundo, e em particular, no caso da União Europeia. -----

Era detentor de sólidos conhecimentos da realidade política portuguesa, saberia certamente, cultivar uma cooperação institucional com os restantes Órgãos de Soberania, no sentido da contribuição para a resolução dos principais problemas do País. -----

O seu entendimento do contexto internacional, o contacto directo e pessoal com entidades prestigiadas da política estrangeira, acrescido das boas e melhores posições tecnicamente consistentes, lhe permitiriam exercer junto do Governo, uma influência positiva nas negociações ao nível do espaço Europeu. -----

Eles, que eram dignos representantes da população ilhavense nesta Assembleia, que igualmente tinha votado maioritariamente no Prof. Cavaco Silva, por nele confiarem como sendo uma personalidade merecedora dos agentes económicos em Portugal e no exterior, e por ter tido um passado dedicado à causa pública, e por estar à altura do contributo para a reconstrução de uma estratégia nacional, manifestavam o seu apreço por aquela vitória, e faziam votos para que pudesse ajudar a firmar na sociedade portuguesa uma cultura de responsabilidade e um trajecto de viabilidade para Portugal, conforme a esperança da sua candidatura que tinha irradiado ao longo da sua respectiva campanha eleitoral. -----

Dizia isto para fazer uma referência a um facto que, para eles, era importante. Que certamente ia marcar os próximos anos de governação deste País, na medida em que estavam convictos que Cavaco Silva poderá vir a propiciar juntamente com o Governo, uma alteração nas condições actuais do País, e que certamente o concelho também virá a beneficiar daquelas mesmas alterações. -----

A esperança que tinha sido conquistada certamente traria para nós todos algo de positivo. Algo de satisfatório, e que certamente as condições de vida de Portugal, que hoje são gravíssimas, e que não valia a pena estar aqui a relatá-las porque elas estão mais que identificadas e diagnosticadas, certamente mais do que dizer hoje que a vitória tinha sido significativa, e era importante, o que era preciso é continuarem a trabalhar e a aprofundar o trabalho de todos eles para que pudessem de uma vez por todas dar sentido a este País, que nos últimos anos não tinha tido sentido. Que quase, não lhe viam um futuro razoável e promissor". -----

MÁRIO JÚLIO disse: -----

"Vinha trazer a esta Assembleia uma preocupação de todos os nossos concidadãos do nosso concelho, que tinha a ver com a prestação do serviço de fornecimento de energia eléctrica por parte da EDP. -----

Com efeito, havia várias questões naquele mesmo fornecimento que eram dignas de reparos, como seja, a demora excessiva da reposição das lâmpadas fundidas na rede de iluminação pública. As falhas sistemáticas no fornecimento de energia quando há qualquer situação atmosférica mais adversa, mesmo que aquela não seja muito prolongada no tempo. -----

Podiam induzir ou inferir, que qualquer temporal parecido com aquele que tinha ocorrido no último fim-de-semana, e que tinha ficado circunscrito a dois dias, se se prolongar durante uma semana por exemplo, a falhas de energia também serão proporcionais. Se tinha havido zonas do nosso concelho, que tinham tido quase o fim de semana completo sem energia eléctrica, e se nos lembrarmos que isto afecta desde o cidadão particular na sua casa com todos os inconvenientes que aquilo tinha, ao comércio, à própria indústria, dali poderíamos saber os prejuízos que todos tínhamos com esta falta de qualidade de prestação de serviços. -----

A outra questão, eram os picos de tensão que se notavam mesmo sem qualquer equipamento de medida. Que bastava por exemplo, ver como funcionavam alguns equipamentos mais simples, como as lâmpadas, onde se notavam picos de tensão. Que aquela situação trazia problemas de imediato ou a longo prazo no equipamentos. -----

Aquelas questões, que tinha enunciado, pedia ao Sr. Presidente da Câmara que em reunião de trabalho que venha a ter com a EDP, fizesse chegar aquelas questões, aquelas preocupações, e as dificuldades que as pessoas do nosso concelho passam com a prestação daquele mau serviço." -----

PEDRO PARRACHO disse: -----

"Durante este mês de Fevereiro, tinha tomado conhecimento do novo pacote de medidas políticas colocadas em prática pelo actual Governo na área da deficiência, e na área social. -----

Queria apenas em nome da verdade e da transparência, e para esclarecer as pessoas, elucidar que de facto a maioria daquelas políticas foi um trabalho que começou a ser construído em 2003, aquando do Ano Internacional da Pessoa Com Deficiência. De facto, isto era um trabalho que tinha acontecido ao longo dos tempos, tendo passado muito pelo Secretariado de Reabilitação, e por isso queria deixar aqui, também para que ficasse em acta, que de facto aquilo era o resultado de um trabalho de vários Governos. Infelizmente devido à instabilidade governativa criada, não foi possível implementar no Governo do Dr. Pedro Santana Lopes. -----

Por isso congratulou-se com as medidas, mas queria também aqui deixar este esclarecimento, para que não se pensasse que este Governo tinha o mérito todo, e descoberto aqui a lâmpada ao fazer coisas que os outros não tinham pensado. Achava que era justo, aquilo era um trabalho de equipa, principalmente em grande parte da responsabilidade da OGNGO'. No entanto, este Governo teve a felicidade e o mérito de agora as ter posto em prática".-----

EDUARDO CONDE disse: -----

"A reflexão que ia fazer, tinha mais a ver sobre o ambiente que se respira do que propriamente sobre o oxigénio que nos enche os pulmões. Chamava-lhe de economia hoje e democracia amanhã. -----

O fraco desempenho da nossa economia tinha muito a ver com a pouca concorrência e com hábitos proteccionistas de que nos fomos indolentemente habituando. -----

Dos poucos sectores onde a concorrência sempre foi feroz e ainda hoje mais, continuam a ser gerados importantes lucros. Estava a falar por exemplo, da banca de retalho, entre os poucos sectores que se conseguiram manter na primeira linha a nível mundial. -----

A concorrência exigia que cada entidade envolvida se dedicasse arduamente ao treino apurado, com muita dedicação e aspirasse a muita sorte. -----

O trabalho em equipa, as soluções repartidas, a flexibilidade e a versatilidade, era naquele espelho que todos nos devíamos querer ver. -----

Na economia, como no desporto todos tinham lugar na pista. Nem todos no pódio. -----

Os nossos hábitos de trabalho e preexistência faziam-se sentir positivamente nos resultados e sempre objectivamente. ---

Nesta forma de lutar devia ser estendida a outros sectores, entre os quais, a educação e os movimentos de actuação social, mas que aos políticos, e que se incluía este pequeno grupo nesse lote, era exigida uma postura pedagógica na forma de impulsionar a sociedade. A imagem dos pequenos grupos de poderes dos políticos devia ser vista como reflexo de educadores na arte de promover o desenvolvimento a todos os níveis dos cidadãos. Quando os cidadãos e as comunidades ao invés de perceberem os contornos da vida, e as possibilidades de acção humana cada vez mais se afastavam da possibilidade de participarem ou criarem consensos em ordem de um desenvolvimento justo e harmonioso. D forma como a sociedade vê a actuação daquele grupo, assim transporta para a sua esfera de actuação, a imitação dos relacionamentos típicos. Aquela educação, fenómeno iminentemente social, não podia transmitir uma forma de vida diferente, da que devia no quotidiano das relações entre governantes e governados. -----

A forma de redistribuição de rendimentos que era da responsabilidade de todas as instituições públicas, seja nos bens e serviços que produzem, seja nas oportunidades que colocam à mercê dos cidadãos, não podia ser descurada. Olha para

o que eu faço. Nada que investirmos ou construirmos terá de facto valor, se não estiver ao serviço da promoção do indivíduo, Sujeito e destino do desenvolvimento. -----

A economia devia estar ao serviço das pessoas e do seu bem-estar individual e colectivo. -----
A competitividade, tinha que respeitar os limites e a dignidade do mundo. -----

Os critérios de justiça e da solidariedade deviam prevalecer à pura racionalidade do mercado. -----

O trabalho é indissociável da realização humana. Era direito e dever. -----

A forma que nos últimos tempos as instâncias do poder, sedentas de recuperar as ineficiências de gestão, ou a má performance da economia, que têm atacado o mais humilde cidadão, exigindo valores já pagos, penhorando injustamente muitas vezes quem tinha dificuldade em se defender, era infelizmente um fenómeno de propagação de prepotência, em que o forte devia esmagar o mais fraco, e que era prenuncio que a lei a bofetada estaria aí eminente à espreita para ser integrada e aceite no Código do Trabalho. -----

Aceitar aquelas situações, como aceitar a censura jornalística ou cultural, admitir que o texto ou uma imagem pudesse valer mais que uma vida humana, era um retrocesso cultural e político, que punha em causa todo o sistema em que vivíamos e acreditávamos". -----

PEDRO TRÓIA disse: -----

"No âmbito fiscalizador desta Assembleia sobre a actividade do Executivo, consultadas as actas 37/2005 e 02/2006, referentes às Reuniões de Câmara de vinte e seis de Dezembro de dois mil e cinco e vinte e três de Janeiro de dois mil e seis respectivamente, verificava-se que naquela primeira acta tinha sido proposto e aprovado a atribuição de um subsídio pontual de 1.600,00 Euros à Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, destinado à aquisição de um quadro denominado "O Piquenique". Ou seja que, com aquele subsídio, aquela instituição pagaria o quadro. -----

Daquela deliberação se podia concluir com alguma certeza, que o quadro era propriedade do pintor Fernando Silva. Que o subsídio atribuído pela Câmara se destinava ao pagamento daquela obra de arte do dito pintor. E que a propriedade do quadro seria transmitida para a Santa Casa da Misericórdia após o pronto pagamento por parte desta. -----

Com esta deliberação parecia-lhe que a Câmara atribuía o subsídio, bem ou mal, dentro ou fora das suas competências, e que depois ficava alheia ao negócio que será celebrado entre o pintor e a Santa Casa da Misericórdia. -----

Eis se não quando, na acta 23/2006, tinha sido aprovado que o mesmo quadro fosse doado à Santa Casa da Misericórdia. -----

Então, a Câmara atribuiu um subsídio para a aquisição de uma obra de arte propriedade do pintor Fernando Silva destinado ao seu pagamento. E que posteriormente, aparece como proprietária da obra de arte, deliberando a sua doação à Santa Casa da Misericórdia? -----

Isto suscitava-lhe muitas dúvidas. Afinal, de quem é que era o quadro? Do pintor Fernando Silva, ou da Câmara Municipal? Que o subsídio não se destinou ao pagamento do quadro por parte da Santa Casa ao pintor? Que se assim tivesse sido, juridicamente o quadro não passaria para a propriedade da Santa Casa da Misericórdia, sem mais delongas nem quaisquer dialécticas? Mas que isto ainda dava pano para mangas e que mais dúvidas se punham. -----

A Santa Casa da Misericórdia anda a adquirir obras de arte para a Câmara com dinheiro atribuída por esta? -----

A Santa Casa da Misericórdia teria feito algum negócio jurídico com a Câmara Municipal no período que ia da atribuição do subsídio à deliberação de doação? Que só assim se podia compreender que a propriedade lhe tenha sido transmitida para posteriormente fazer a doação. Pois, só podia doar quem é dono e legítimo possuidor da coisa. Que afinal, quantos negócios jurídicos são celebrados sobre o mesmo objecto? Que lhes parecia que aquelas transacções careciam de alguma explicação, pois que a dinâmica dos negócios jurídicos aparentemente não era clara. -----

Portanto, existiam dúvidas sérias de carácter substantivo e processual que requeriam o cabal esclarecimento, pelo que, na sua qualidade de membro da Assembleia Municipal, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que o fizesse em nome da transparência e da seriedade de actuação do Executivo". -----

HUMBERTO ROCHA disse: -----

"Relativamente à aquisição daqueles quadros, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara porque é que na primeira reunião de Câmara como deveria ser, não comunicou essa mesma arrematação e só o fez mais tarde?-----

CLÁUDIA SANTOS disse: -----

"No período da campanha pré-eleitoral para as autarquias locais, o Sr. Presidente da Câmara tinha feito a inauguração com pompa e circunstância que o momento aconselhava do novo Mercado da Gafanha da Nazaré. -----

Inauguração aquela, que se tinha circunscrito ao respectivo acto festivo, sem qualquer tipo de consequências para melhorar a vida imediata de quem compra e vende no antigo mercado. -----

Volvidos são quatro meses, de cento e vinte dias daquele acto que tinha merecido por parte da Comissão Nacional de Eleições uns reparos, uma censura política sobre o comportamento desta Câmara Municipal por via de uma queixa legitimamente apresentada por um nosso concidadão. -----

Mas que deixássemos agora as iniciativas que em cima de legítimos interesses dos nossos munícipes que mais procuravam atingir objectivos políticos/partidários, e que se iam cingir ao momento presente. -----

Em vésperas da inauguração do Mercado da Gafanha da Nazaré, era voz corrente que o mercado não reunia todas as condições para a abertura ao público na sua plenitude. Que por aquilo, pretendia que o Sr. Presidente esclarecesse esta Assembleia se efectivamente a voz corrente correspondia ou não à verdade. -----

Perguntava também se estavam preenchidos todos os requisitos higieno/sanitários, para a abertura ao público do mercado. -----

Além daquilo havia outra questão que gostaria de ver ali também esclarecida. Se existia ou não, de forma clara e objectiva e sem subterfúgios. Um conflito de interesses entre os vendedores de peixe e carne, e a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Ílhavo. -----

Era dito publicamente que o maior problema residia num alegado conflito entre a Junta e ou, Câmara Municipal de Ílhavo, e vendedores de pescado e carne. Que na verdade, reafirmava que eram vozes públicas que por exemplo, os vendedores de carne pretendiam a sua instalação como alegadamente lhes teria sido prometido, ao invés daquilo que constava do regulamento ali aprovado na última Assembleia Municipal. Perguntou se aquele regulamento não plasmou nesta Assembleia sugerido e por ela entendido, o consenso de todos os interessados, ou se seria apenas contemplado a vontade unilateral de uma das partes. Pois, só assim se entendia, as diversas e repetidas reuniões que ao que constava, tem acontecido entre vendedores e Câmara Municipal de Ílhavo, e Junta da Gafanha da Nazaré. Se aquilo efectivamente correspondia à verdade, e no caso de resposta afirmativa, perguntava também que diligências estavam a ser tomadas pela Câmara Municipal de Ílhavo, e, ou Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, no sentido da satisfação daquelas pretensões por parte daqueles vendedores. -----

Perguntou ainda se no caso de não chegarem a acordo, que atitude pensava tomar quem de direito, caso os vendedores se recusassem ocupar os lugares que lhes tinham sido destinados alegadamente, sem a sua prévia audição. -----
Sr. Presidente, já que estavam a falar em mercados, gostaria que lhe respondesse. Mais uma vez lhe pedia de uma forma clara e inequívoca, à pergunta formulada na última Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, e que era uma alegada promessa da Câmara Municipal de Ílhavo por sua voz, entregar à Junta de Freguesia de S. Salvador a gestão do Mercado de Ílhavo. Que aquela resposta devia ser ali dada no órgão em que a mesma tinha sido formulada, e não em qualquer eventual reunião restrita. Que a gestão da coisa pública, devia ser consagrada nos órgãos próprios. E se já tinha tomado uma decisão sobre aquela matéria, era relevante que comunicasse àquela Assembleia e em que moldes o pretendia fazer". -----

FRANCISCO GRANGEIA disse: -----

"Na Gafanha da Encarnação, há uma obra no cruzamento entre a Rua João Carapelho e a Rua Padre Resende. Há uma garagem que estava a ser feita muito junto à Rua Padre Resende. Pensava que a garagem devia estar virada para a Rua João Carapelho e que tinha a abertura virada para a Rua Padre Resende. Sei que aquela casa pertencia a um grupo de três casas, que estavam todas viradas para a Rua João Carapelho. Portanto, a abertura da garagem deveria estar também virada para aquela estrada, além da garagem estar muito em cima da via pública. -----

Num jornal de tiragem nacional desta semana saiu um artigo sobre a carpintaria que está a laborar na Rua dos Três Pinheiros, na Gafanha da Encarnação. -----

Afinal, o que é que se passa realmente com aquela pequena unidade industrial? Se aquilo está legal, ou não está. Porque é que há semelhança de outras e dado que produzia bastantes poeiras prejudiciais à saúde, além de ruídos permanentes durante a laboração, ainda não tinha sido obrigada a ir para a Zona Industrial? -----

Porque é que a autarquia informou a Provedoria de Justiça, que a carpintaria seria transferida no 1º semestre de 2005, e não o tinha feito? -----

Mais uma vez, queria perguntar para quando a resolução da deslocação da vacaria que existe em frente à Escola Centro da Gafanha da Encarnação. É um caso de saúde pública. Há cerca de meio ano, nesta mesma Assembleia tinha falado deste assunto, e o Sr. Presidente da Câmara disse que lhe responderia por escrito às suas solicitações. Até hoje, não obteve qualquer resposta. Solicita mais uma vez explicações para o assunto. -----

Queria informar também, que tinha sido alertado por um munícipe que lhe enviou até fotografias, para uma situação caricata. Que segundo sabia, só agora foi parcialmente resolvido, e que espelhava por vezes a administração dos dinheiros públicos. -----

Há cerca de um ano no Pavilhão Capitão Adriano Nordeste, tinha começado uma grande infiltração de água, a qual poderia ter sido de imediato reparada, praticamente a custo zero. Mas que tal não tinha acontecido. -----

Passado todo o Inverno, quer a parede que tinha ficado toda verde, e o piso em madeira daquela zona terá que ser substituída, sendo a reparação já considerável, além dos baldes que estiveram lá permanentemente a transbordar de água por todos lados, dando muito mau aspecto que por lá passava. Que seria bom que isso não se repetisse, para não dar má imagem do concelho. A Câmara tinha tido conhecimento daquele problema há um ano e não tinha feito de imediato a sua reparação?". -----

JOSÉ LOUREIRO disse: -----

"Em primeiro lugar queria dizer que tinha sido aprovada hoje, como toda a gente tinha visto, a acta 1/2006. Significa que o Regulamento do Mercado e o Protocolo com a Junta de Freguesia, de acordo com a Lei só hoje efectivamente, entra em vigor. -----

De acordo com a Lei, não lhes tem sido entregues as actas das reuniões da Câmara Municipal, o que deveria ter sido feito, mas o que não tinha acontecido. -----

Em relação ao período de antes da ordem do dia, queria chamar a atenção do seguinte: -----

A Variante entre a Gafanha de Aquém e a Gafanha da Nazaré, tem duas passagens subterrâneas com um metro e meio de largura. Parecia-lhe, que tecnicamente aquela situação estava errada, porque não permite a passagem de tractores, nem carros com bois, o que ia criar algumas dificuldades. -----

A pergunta que colocava, era se não seria possível para além de alargar mais aquelas passagens, colocá-las à maneira de não acontecer aquilo que poderá vir a acontecer durante o Inverno, que era o facto da água das chuvas, e inclusive a própria água da ria, passar para aquela, porque aquilo é mais baixo que a própria rua: Que havia lá uma profundidade grande, e podia acontecer uma situação daquelas. -----

Em relação às piscinas queria chamar a atenção do seguinte: -----

Tinha sido construído um guarda-vento, cujas portas abriam para dentro. Segundo as leis de segurança as portas deviam abrir para fora, como era óbvio. -----

Havia dificuldades na entrada dos deficientes. Os deficientes tinham alguma dificuldade em entrar depois que as obras tinham sido feitas. -----

Para além daquilo, havia uma outra situação que considerava que era passível de ser resolvida, que era o facto de não existir qualquer pessoa dentro daquela piscina, que tivesse um curso de primeiros socorros. Esta situação pode causar problemas de ordem de saúde. Se fosse possível isso vir a acontecer muito bem. Entende que era bom que fosse ali colocado alguém, ou que fosse administrado um curso, porque poderia haver uma situação de rotura e que de imediato fosse resolvida. -----

O saneamento básico da Av. José Estêvão, há muito tempo que se vinha levantando a questão de que havia ali problemas graves. Verifica-se que o piso vem arriando. Numa reunião que houve há anos na Gafanha da Nazaré, já lhe tinha sido dito que havia realmente problemas com o saneamento. Perguntou se tem sido feita alguma coisa para resolver aquela questão, que na sua opinião, porque não era técnico, mas se tivesse chovido este ano, como tinha chovido em anos anteriores, já teria havido ali problemas muito graves. As palavras que tinha ouvido de alguém que fazia parte de um órgão autárquico deste concelho, era de que, o piso se encontrava num estado caótico, e que havia problemas graves, como aliás já tinha havido uma vez. -----

Outra questão, era confirmar as palavras do Eduardo Ferreira sobre a não entrega de documentos; e que aquilo era realmente uma questão que ele queria colocar". -----

Pelo Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder às citadas questões:-----

1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS). -----

"A intervenção do Dr. Flor Agostinho, e obviamente também para deixar referenciado não só um bom mandato que desejava que a Câmara Municipal no seu conjunto ao Presidente da República Eleito, Sr. Professor Cavaco Silva. -----

Também uma palavra na última Assembleia Municipal do exercício do Presidente Jorge Sampaio, que ali os acompanhava para os gestos que tinham sido vários de simpatia que o Sr. Presidente teve para com o concelho de Ílhavo, com as três presenças que aqui tinha registado nestes últimos oito anos, e sempre com uma capacidade relacional muito frutífera, não fora o seu fracasso que tinha tido a oportunidade de lhe confessar com pedidos de desculpas no Congresso da ANMP, pelo facto de ter devolvido imponderadamente pela segunda vez o diploma de criação do Gabinete da Ria de Aveiro. -----

Também tinha registado o acto de se dirigir a ele no Congresso da ANMP, para lhe pedir desculpas explicitamente por esse facto. Não fora isso, o Presidente Jorge Sampaio teria recebido obviamente uma referência muito mais elogiosa do que aquela que tinham condecorado, ao atribuir a mais elevada condecoração de que o Município era capaz. Queria deixar esta palavra de agradecimento do Presidente Jorge Sampaio, pelo seu trabalho, pelo seu empenho, pela partilha que tinha tido com eles neste exercício. -----

Que seu sucessor tivesse apenas a capacidade de fazer melhor do que aquilo que tinha feito o Presidente Sampaio. Julgava que não era difícil fazer melhor. -----

A segunda nota e última, era para aquilo que tinha dito o Sr. Mário Júlio. Que aquilo que ele tinha dito era objectivo e verdade e que tem sido alvo do trabalho que têm realizado com a EDP, de pressão, estando assumido que neste ano de 2006, os investimentos que a EDP tinha a obrigação de fazer, e que estavam assumidos, são para elevar substancialmente o nível de qualidade do serviço de distribuição de energia eléctrica e rede de baixa ao nosso concelho. De facto havia um conjunto de problemas de que a EDP tinha cadastro, e que obviamente havia agora que investir para os resolver, sendo que nalgumas matérias, nomeadamente da falha pontual de uma outra lâmpada, que ali já havia uma outra questão, que era o tipo de mecanismo de gestão que a EDP tinha agora, que, como prestadores de serviços tornavam a operação da mudança da lâmpada A, ou da lâmpada B, mais bem demorada do que o velho sistema que a EDP tinha, e que já não tinha. -----

Esta não era precisamente a questão principal. A questão principal tem a ver com problemas de qualidade do serviço, e manteremos e aumentaremos também o sinal que tivemos, e que faz amanhã oito dias. Era um sinal claro de que havia um investimento que teria que ser feito, para que os problemas pudessem objectivamente diminuir substancialmente a sua presença no nosso dia a dia". -----

Findas as intervenções o Presidente da Mesa dá início à discussão do ponto único da Ordem do Dia: -----

PONTO ÚNICO- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA RELATIVA A ACTIVIDADE MUNICIPAL NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 22/11/2005 A 20/02/2006. -----

1.ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

"Queria destacar naquelas que eram o seu entendimento de relevância política. Que obviamente aquelas que não ia referenciar tinham a sua importância e relevância também, mas que entendia destacar estes cinco grupos de questões. -- Que a primeira, aquelas que são novas obras, embora velhas promessas e velhos problemas do concelho.-----

A ligação à A17 nas suas duas componentes. A componente que estava integrada na concessão da Costa de Prata, e que estava finalmente em obra, depois de dois estudos de impacte ambiental chumbados, e de um terceiro finalmente aprovado, no qual aquilo que se tinha decidido foi exactamente a substância da mesma matéria que se tinha chumbado no primeiro estudo de impacte ambiental. O País tinha perdido quatro anos e muito dinheiro para tomar a mesma decisão que deveria ter sido tomada da primeira vez. -----

Esta era uma nota de alegria, de uma luta de vinte anos da Câmara Municipal de Ílhavo e das suas populações. -----

Estavam agora também a somar ao compromisso do Estado, agora executado pelo concessionário da via, também os quinhentos metros a Poente desta mesma via. Pedia desculpa pelo erro que a exposição tem, quando referia a Av. da Saudade, quando de facto se trata da Av. da N.ª. Sr.ª, do Pranto, e se poder por aí naqueles quinhentos metros, que estão dentro da área urbana da cidade, termos a nossa via de ligação completa. -----

Estava prevista que a sua execução esteja terminada lá para a ponta final do ano, estando apontado o mês de Outubro.--

A outra, já no terreno, e em fase de instalação de estaleiro, era a Ponte da Barra. Foram oito anos de luta para que aquela obra se fizesse. Finalmente, está em curso, com a duração de dois anos de obra. -----
Queria deixar uma congratulação aos Governos, por um lado por terem decidido, e obviamente lamentar, porque não é com matérias que levam vinte oito anos, que se desenvolve um País. -----
Queria deixar nota por justiça ao ex-Secretário de Estado das Obras Públicas Eng.º Jorge Costa, que tinha sido absolutamente fundamental para que hoje, aquelas duas velhas aspirações sejam obra. -----
A segunda nota, as obras da Câmara Municipal, aquelas que eram mais importantes, de maior vulto, o Edifício dos Serviços Públicos da Barra, onde irá funcionar uma Extensão de Saúde, um Posto de Turismo e a Delegação da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, estavam na sua fase final de execução. -----
O Posto de Turismo e o Parque do Centro de Ílhavo, estavam também na mesma circunstância, na fase de execução, e que muito proximamente teremos a inauguração e a activação destes três equipamentos. -----
A Qualificação Evolvente dos Campos de Ténis da Gafanha da Encarnação, estava terminada. -----
O Centro Cultural de Ílhavo seguia o seu caminho, com a cronologia que estava assente na empreitada. Estava tudo a correr conforme o previsto. -----
O mesmo se passava na Obra de Saneamento Básico da Gafanha da Encarnação/Gafanha do Carmo-1ª Fase, assim como, a Obra de Saneamento Básico da Ermida/Carvalheira, estavam em pleno curso. A da Ermida/Carvalheira já na sua ponta final, a da Encarnação/Carmo estava perto do meio-termo. -----
A Rotunda Nascente da Estrada da Mota, na Gafanha de Aquém, e o Nó do IP5 junto à Friopesca, era uma via que estava também na sua ponta final, tinha dois meses pela frente para estar concluída. Também tem corrido muito bem a empreitada para que se cumpra o objectivo de terminar aquela que é a Rede Viária Estruturante da zona mais a Poente do nosso concelho. -----
Aproveitava para referenciar naquilo que estava agregado à obra do Centro Cultural de Ílhavo, a importante acção que se desenvolvia de apresentação pública do urbanismo comercial com a abertura formal do processo de candidatura que vai decorrer até ao próximo dia 17 de Maio. -----
A Zona Industrial da Mota estava devidamente cadastrada, para que as indústrias pudessem laborar e serem geradores de emprego e de riqueza. -----
Também na exposição estava referenciada a abertura do concurso público da Estação Elevatória que irá permitir a activação da rede de recolha de águas residuais que existe na ZIM (área nova). Esta Estação Elevatória era complexa porque ia fazer a recepção daquele efluente e colocá-lo dentro da estrutura de colectores da SIMRIA. -----
O quarto grupo de questões, era aquele que respeitava ao ano lectivo. O ano lectivo de 2005/2006, tinha Arrancado e que neste tempo tomou-se um conjunto de decisões da maior importância, das quais a decisão mater, era aquele grupo de questões que estavam assumidas no instrumento de gestão, chamado Plano Municipal de Intervenção Educativa para o ano lectivo de 2005/2006. Era todo um conjunto de programas, de serviços, de apoios financeiros, técnicos e logísticos que a Câmara presta no sector de educação e a vários parceiros que estavam no documento, e que estavam já em plena execução. Boa parte dele já estava em execução desde o início ao ano lectivo. -----
Todo um conjunto de questões ligadas à gestão das refeições, à distribuição da Agenda Escolar, à activação dos programas do Desporto Escolar, nomeadamente o projecto de educação e expressão físico-motora, e a natação, o apoio às equipas do Ministério da Educação ligadas à educação de adultos e aos apoios educativos, assim como, a entrega das bolsas de estudo do nosso programa municipal respeitante ao presente ano lectivo, eram tudo matérias que tiveram decisão e implementação neste que era o contributo numa área que foi, é e será área prioritária de intervenção, atenção e investimento da Câmara Municipal, era o sector da educação. -----
A quinta e última nota do grupo de questões, a importância do trabalho intermunicipal que quis deixar bem plasmado naquele documento que entregou desde logo relacionado com as questões ligadas às responsabilidades políticas que assumiram naquele tempo, seja na Associação dos Municípios do Carvoeiro, com a presidência da Mesa da Assembleia no lugar de observador no Conselho de Administração assumidos pelo Sr. Vereador Eng.º Marcos Ré, seja na Associação dos Municípios da Ria que assumiu ele próprio a presidência do Conselho de Administração, seja na presidência da Junta Metropolitana da GAMA, que também ele próprio tinha assumido a presidência, seja na Associação Nacional de Municípios Portugueses, na qual tinha sido reeleito membro Vogal do Conselho Directivo marcavam o seu espaço e o seu trabalho nestas realidades cada vez mais importantes para o nosso Município, para a nossa Região, e para o nosso País. Era com muito gosto, que assumiram aquelas responsabilidades. Tinham recebido estas responsabilidades por decisão unânime dos seus colegas e desempenharam os seus mandatos representando a sua Câmara Municipal, mas muito mais do que isso, trabalhando em nome da Região a que estavam formalmente ligados, pela presença institucional naquelas entidades. Destacava a reunião de Presidentes da Câmara, que integram a Grande Área Metropolitana de Aveiro, e a Associação de Municípios da Ria, que era uma nova metodologia que trouxeram para a relação entre os Presidentes de Câmara. -----
Era um trabalho novo e tinham muita pena de não o terem iniciado nos oito anos anteriores, mas que objectivamente exista um Presidente da Câmara, que não gostava nada daquele tipo de trabalho. Aquilo que não saísse da sua cabeça e da sua presidência, era um problema sério, e não havia condições para fazer aquele trabalho. Hoje havia condições. Trabalhavam uns com os outros. Tinha sido a primeira vez que doze Presidentes da Câmara estiveram oito horas reunidos a trabalhar, a discutir matérias importantes que estavam sumariadas no ponto 27, e que abriam um campo de trabalho muito importante para aquilo que são respostas que tinham que dar com mais qualidade para a gestão dos sistemas ambientais, para o aproveitamento de Fundos Comunitários, no fundo, para criar melhor e mais capacidade crítica para resolver problemas e aproveitar oportunidades que seguramente lhes iam continuar a aparecer no dia a dia do nosso trabalho de responsáveis político/autárquicos. Era um passo importante e seguramente a continuação do desenvolvimento aqueles trabalhos, estando já marcada a segunda reunião de trabalho, com um conjunto vasto de trabalhos de casa que estavam a seguir o seu caminho". -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

JOSÉ LOUREIRO disse: -----

“Colocava a mesma questão que tinha colocado anteriormente. Na página cinco, onde diz Congresso da Associação Nacional de Municípios, gostaria de ser informado qual foi a resposta da ANMP, ao Sr. Carlos Sarabando e ao Sr. Domingos Vilarinho, sobre a questão que tinha colocado ali na Assembleia Municipal. -----

A segunda questão, na página dezoito aparece a nomeação dos lotes da Câmara Municipal. Em 2002 havia oitenta lotes, em 2004, setenta e oito, e em 2006, voltava aos oitenta. O que queria perguntar era o seguinte: O facto de apenas existirem cinco processos de reversão litigiosa pendentes, seguindo os outros três de forma de mútuo acordo. Gostava de saber se em relação a alguns daqueles lotes já tinha sido resolvida a situação em Tribunal. ”. -----

HUMBERTO ROCHA disse: -----

“Quería dizer ao Sr. Presidente da Câmara, ou pedir ao Sr. Presidente da Assembleia que o Sr. Presidente da Câmara devia responder na hora própria ao que se lhe perguntava. -----

Não fazia parte daquele documento que lhes tinha sido entregue nada referente a um quadro que tinha sido leiload. Portanto, era no período de antes da ordem do dia, que deveria ter sido respondido esta pergunta. -----

Na página cinco do documento, queria dizer que naquele Congresso da ANMP, foi aqui eleito o Sr. Domingos Vilarinho na sequência de uma proposta da bancada do PSD. Depois da eleição de alguém neste órgão, a mesma deixava de ser na sequência de uma proposta e sim eleito na Assembleia Municipal. Senão continuava-se a dizer que foi sempre eleito pela proposta na qual a mesma não era somente uma proposta do PSD, mas sim subscrita por todas as bancadas. Por isso apresentava um protesto e que diz assim: -----

Na eleição do Presidente da Junta de Freguesia para o Congresso da ANMP foi uma proposta entregue à mesa, assinada pelo PSD, PS, CDU e CDS. -----

Após a eleição que teve 24 votos a favor e 1 branco, a proposta dos partidos terminou a sua missão e Domingos Vilarinho passou a ser um membro eleito na Assembleia Municipal e não um elemento de qualquer proposta desta ou daquela bancada. -----

Pel’ Os Membros do PS-----

Ass)- Humberto Rocha” -----

FLOR AGOSTINHO disse: -----

“Perante aquilo que tinha dito o Sr. Dr. Humberto, tinha que replicar. -----

Efectivamente a proposta que tinha sido apresentada foi assinada pelo PSD. -----

O que estava escrito é verdade. Tinham sido eles a apresentarem a proposta e que não se lembrava se depois tinha sido subscrita. Tinha sido votada, mas que a proposta tinha sido apresentada por ele, foi, que a tinha redigido, e que a entregou na mesa. Disso não tinha a mínima dúvida que não tinha sido assinada pelos membros do PS, não foi. Se foi subscrita, eventualmente terá sido. A verdade é que tinha sido assinada pelo PSD. -----

Nesta altura o membro Humberto Rocha, solicitou que a proposta viesse à mesa. -----

De seguida continuou a intervenção, o membro Flor Agostinho que disse: -----

“Relativamente às questões que aqui foram suscitadas sobre a possibilidade do Sr. Presidente responder ou não, ele pensava que no regimento dizia, que no ponto de antes da ordem do dia, serão discutidos assuntos que não tenham a ver com a actividade municipal. Pensava que aquela questão que ali tinha sido discutida sobre um quadro, terá a ver com a actividade municipal. E mais, tinha a ver com a actividade municipal deste período. Do que ele tinha percebido da leitura das actas, ou da referência que tinha sido feita às actas. -----

Sobre a intervenção que gostava de fazer, o Sr. Presidente tinha-lhe roubado a sua intervenção, e como tal ia dizer qualquer coisa. -----

De seguida foi lido o seguinte documento: -----

Conforme o Regimento desta Assembleia, convocou V.Exª., a presente reunião a qual tem a particularidade de apenas conter um único ponto da ordem de trabalhos em concreto, a apreciação da informação do Presidente da Câmara relativa à actividade municipal no período compreendido entre 22/11/2005 e 20/2/2006. -----

Não pretendendo com as minhas palavras criticar os responsáveis pela grelha problemática da nossa querida Rádio Terra Nova, a rádio do concelho de Ílhavo que promoveu um debate com representantes partidários da Assembleia Municipal de Aveiro sobre os cem dias da actual governação da Câmara, V.Exª., disse-o e muito bem que a correspondente análise relativamente ao concelho de Ílhavo, fosse feita neste local, e nesta Assembleia. Ou seja, na nossa Assembleia Municipal. -----

E sobre os motivos que nos trazem aqui, temos a referir que podemos considerar este período de excelente.-----

A actividade municipal da Câmara para nós, tem este atributo. Foi correcta e porquê? Porque desde logo, os investimentos que estavam atribuídos à responsabilidade da administração pública e a efectuar no concelho de Ílhavo, e referenciados nas nossas Grandes Opções do Plano para 2006, estão em início de discussão, dando razão à capacidade de visão, de persuasão, de tenacidade, de estratégia no nosso Presidente da Câmara, conseguiu de forma habilidosa politicamente, comprometer a sua realização que alguém, ou depois outros já não teriam capacidade de lhes dizer. E como tal, é previsível que muito rapidamente tenhamos pronta a ligação à A17, que certamente vai potenciar o desenvolvimento deste concelho. Vai criar melhoria nas condições da circulação viária, e uma rápida acessibilidade ao concelho. A ligação da A17 a Ílhavo vai ser promovida pela Câmara Municipal de Ílhavo, a Ponte da Barra, com a sua reabilitação e alargamento, a continuação das obras do Quartel da GNR, da Gafanha da Nazaré, o anúncio de

investimentos a desenvolver no Porto de Aveiro, a conclusão dos Estudos para a conclusão da 3ª Fase da Cintura Portuária, a ligação Ferroviária da Linha do Norte ao Porto de Aveiro, como nós sabemos já tem pés para andar. Penso Sr. Presidente, que faltará sobre esta responsabilidade da Administração Central, a execução financeira do contrato programa à construção da Biblioteca Municipal. Não sei se já foi concretizado o pagamento da participação, e a execução do próprio protocolo do nosso Tribunal da Comarca de Ílhavo. -----
Gostaria também de referenciar por importante, todas as actividades desenvolvidas no âmbito da Educação; porque, como hoje ouvi dizer na rádio, e muito bem, o concelho de Ílhavo ao nível da Educação, é um concelho modelo. Eu já o disse aqui que é referenciado nos organismos públicos como sendo um concelho de referência. -----
Desejamos então, que tudo isto foi devidamente planificado e está em actuação. O fornecimento das refeições, que desde já Sr. Presidente também fui verificar as Grandes Opções do Plano para 2006, há aqui um abatimento significativo quanto ao orçado. Há uma adjudicação de 90.000,00 euros, quando estavam orçados 270.000,00 euros. -----
Desde já agradeço a intervenção que tem feito ao nível da contenção dos custos. -----
A Festa de Natal, a Iniciação à Natação, Expressão Físico Motora, os apoios variados, as equipas de educação, a entrega de bolsas de estudo que tive o privilégio de acompanhar, não estando presente, mas como é óbvio, sempre tinha que acompanhar o processo em casa. -----
A continuação do apoio às instituições do concelho, nomeadamente aquelas instituições de índole religiosa. Aqui gostaria de referenciar ao apoio no que foi concedido à Comissão Pastoral da Nª Srª do Pranto, para restauro da Capela. Uma Capela de alto significado para os Ilhavenses, e uma comissão de simples moradores levou a obra a bom porto. -----
A liderança que o Sr. Presidente e a Câmara Municipal tem mantido nas associações municipais, em que Ílhavo está representado. -----
A criação das condições para o desenvolvimento da indústria e do comércio, e aqui aquilo que acabou de referir e muito bem, a apresentação do projecto de urbanismo comercial de Ílhavo. -----
A situação da ZIM, e fez o favor de nos apresentar um quadro em que nós vemos que temos cerca de 60 empresas em laboração, ou em fase de laboração muito proximamente. -----
O Concurso Público para o Sistema Elevatório Principal de Águas Residuais da ZIM, que permitirá a drenagem de toda a rede. -----

A atribuição dos subsídios às associações na continuação da lógica do mandato anterior. -----
Depois também referenciar todas as obras que o Sr. Presidente aqui nos transmitiu que continuam, e estarão em fase de conclusão muito brevemente. -----
Depois desta intervenção gostaria também de perguntar ao Sr. Presidente o seguinte: -----
Relativamente à mata localizada na Srª dos Campos, e atento estado deplorável da maioria dos pinheiros aí localizados, gostaríamos de saber, se os serviços dependentes da administração central responsáveis pela sua conservação, prevêem desencadear algumas medidas para solucionar tão grave problema que preocupa a população do concelho durante todo o ano. Pois, que se no inverno estamos perante a eminência de queda de árvores, criam problemas designadamente de segurança a bens e pessoas, no Verão estamos perante a possibilidade de um potencial incêndio". -

ÁLVARO RAMOS disse: -----

"Querida dizer ao Sr. Presidente da Câmara olhos nos olhos, que a sua experiência como autarca dizia a ele próprio, que era um privilégio olhar para as sucessivas actividades municipais, e ficar quase mudo por tudo o que se tinha pedido ao longo dos muitos anos, tinha sido resolvido ou estava a resolver. -----
Quase não existia nada para eles pedirem. Tinham problemas em pedir. Alguns lembravam-se de algumas lâmpadas, de alguns muros, de alguns buracos. -----
Era um desgosto quando pensava nas agendas de cumprimentos nos dias "x", e abraços no dia "y", e que aos do costume diziam nada. Não tinham obra e eram abraços e beijinhos. -----
Hoje, e perante o trabalho de excelência que esta Câmara desenvolve e desenvolverá, era sua convicção que não se podia pedir mais nada, ou o que se podia pedir era muito pouco. -----
Isso, ainda hoje tinha aqui sido expresso, com a tibieza, quase um gaguejar da oposição, que também, praticamente nada tinha dito. -----
Querida realçar nesta ordem de obras, de facto a A 17, porque a A 17 tirava Ílhavo de vez do esquecimento e da periferia. - Ílhavo esteve durante anos encravada aqui numa zona que ninguém conhecia. Hoje tinha com Aveiro e outras uma ligação e uma grande cintura de auto-estrada, que poderia atirar Ílhavo rapidamente para qualquer zona do País, e um objectivo que pensava que só tinha sido atingido com esta Câmara. Se tivesse sido com outra Câmara, pensava que não conseguiam atingir este objectivo. Primeiro, não tinham hipóteses de fazer aquilo que até agora tinha sido feito, aliás, também tinha sido feito na Vista Alegre. Referia-se à aquisição dos terrenos, para que se pudesse construir aquele tipo de obra, que era excelente, era excepcional. Ílhavo, nunca mais se iria esquecer de uma coisa daquelas. -----
Também se referia aquela ordem de obras, referenciando a visita dos autarcas ao concelho, que era uma coisa que todos os autarcas deviam fazer, porque com aquela visita *in loco* conseguia-se aperceber d que estava feito. Mesmo os autarcas tinham defeito, pensavam e sabiam tudo, e que na maior parte das vezes não sabiam nada. Aquela visita que se fazia pela mão do Presidente, era um ensinamento muito grande para todos. -----
Agora fazia perguntas que não estavam dentro daquela ordem, mas que esperava que o Sr. Presidente lhe pudesse responder que era o seguinte: -----
As placas de sinalização roubadas. Ílhavo era uma terra que se tinha virado para o modernismo, mas que via as placas todas roubadas. Não sabia porquê. Não sabia o que é que a polícia andava a fazer. -----
Querida chamar a atenção para o seguinte, que era uma coisa também espantosa, logo que acabarem o Quartel dos Bombeiros, o Tribunal e o Centro Cultural, ficaremos apetrechados com tudo que é equipamento útil, e que é proporcional ao enriquecimento que Ílhavo procurava. Ílhavo estava num caminho fantástico. -----

Lembrava ao Sr. Presidente da Câmara, que havia aqui uma questão que era o Esteiro da Malhada, que não estava debaixo da alçada da Câmara, mas que, quando a Câmara queria, podia e fazia, e executava. Lembrava que, quando foi a Ponte Juncal Ancho, que tinha ido a Lisboa, e depois tivemos uma ponte nova. Portanto, se ele quisesse, também era capaz de fazer ali um certo esforço, e ficaríamos com um Esteiro da Malhada, que não seria aquele esterco. E que aquilo era uma das coisas que eles já tinham falado a alguns anos. -----
Gostaria de saber, quando é que o antigo cinema, e o cotovelo do Amador que tinha aquelas fachadas e tem terreno, se o Sr. Presidente sabia alguma coisa em relação aquilo que lá se ia fazer. Gostaria muito que aquilo avançasse. Como estava, não era grande coisa. -----
Espinheiro, era uma rua muito curta, uma rua com um calibre muito pequeno, e que tinha os passeios muito pequenos. Lembrava ali isto, com um certo desgosto e mágoa, porque não gostava de falar naquele tipo de coisas, mas que era assim que acontecia. Há dias, ao passar por lá, tinha verificado que uma pessoa com capacidades motoras reduzidas, ia numa cadeira de rodas, sem conseguir acesso aos cafés. Havia ali um café, e a pessoa ao tentar-se deslocar ao café, não tinha conseguido, porque os carros e aquela coisa toda, tapava o café, e o homem não conseguiu o acesso. Chamava à atenção para que, se havia alguma hipótese de fazer alguma coisa ali, porque de facto com aquele calibre dos passeios, não cabia uma cadeira de rodas. -----
Também queria chamar à atenção para a Quinta da Boavista. A Quinta da Boavista vai, ou não vai para a frente? -----
Gostaria de saber se a Marina da Barra, vai ou não vai para a frente? -----
Para terminar, pela primeira vez tínhamos um estado político entre Aveiro e Ílhavo, e chamava à atenção do Sr. Presidente para a havia hipótese de fazer uma inter-municipalidade entre Aveiro e Ílhavo, e de vez arranjar um projecto, que abranja as duas cidades". -----

EDUARDO CONDE disse: -----
"Só uma palavra simples para se congratular com a qualidade da generalidade dos trabalhos, e para referir nessa generalidade o Plano Municipal de Acção Educativa. -----
Pensava que, era uma vertente onde se estava a investir bem. Pensava que se devia continuar a apostar, porque era ali que se potenciava o nosso futuro. -----
As obras eram importantes, mas de facto, tudo o que se pudesse fazer em termos de educação, é que potenciava de uma forma importante a qualidade do Concelho. -----
Em termos que lhe tocavam mais, tinha a ver com a Gafanha da Encarnação, a aprovação da candidatura ao programa PRAUD/OBRAS. Todos gostavam das obras que faziam em casa. Esta tinha sido na sua casa, e tinha sido reconhecida por entidades externas, era um gozo que era importante sentir. -----
O saneamento era importante para potenciar a qualidade de vida, e que estava a andar. -----
A limpeza das praias, que apostava naquilo que era o principal potencial que era o turismo. -----
Relativamente à ZIM podia-se dizer que estavam 60% das unidades em funcionamento. Podia ainda não ser o objectivo que se queria, mas passar de 13% em 2002, para 60% em 2006, em quatro anos, tinha sido um esforço significativo. A ZIM, tocava-lhe de forma especial porque integrada de forma física na Gafanha da Encarnação, cada vez mais se integrava socialmente pela relação com as escolas na obtenção de estágios profissionais, bem como pela marca de dinamismo que imprimia à Freguesia, e pelas oportunidades de emprego que em primeira mão nos oferecem". -----

MÁRIO JÚLIO disse: -----
"Este documento espelha a actividade da Câmara nestes últimos três meses, aquela barreira mítica dos cem dias. Os primeiros cem dias, como muita gente gosta de comemorar. Isso estava de facto ali bem espelhado naqueles quarenta e três pontos, que mostravam obra realizada, obra projectada, estruturação do trabalho, imprimindo um ritmo que já conheciam, e que os regozijava ver mantido. -----
Em relação aquelas quarenta e três pontos, queria ali deixar a sua satisfação nomeadamente em dois, relativos respectivamente à assinatura do acto de consignação das obras de reabilitação da Ponte da Barra. Aquela obra já tinha sido referida a sua importância por parte dos membros que decidiram intervir sobre esta matéria, e pensava que era importante ali deixar uma palavra de satisfação, por um lado pela obra ir começar, e por outro por saberem da qualidade do projecto. Por saberem que o projecto contempla aspirações e anseios do Concelho de Ílhavo, através do Sr. Presidente da Câmara, que tudo tinha feito e durante bastantes anos sem nunca baixar os braços para que a pista para ciclistas por exemplo, e a passagem de peões passasse a ser mais segura, e feita em condições do século XXI, naquela ponte, trazendo cá, inclusivamente os responsáveis pela decisão, os projectistas e decisores. Coisa que sabiam que era na maior parte das vezes decisiva, porque quando podiam decidiam sobre projectos, sobre fotografias. E que deslocarem-se ao terreno era coisa muito rara e que lhes dava muito trabalho. -----
Daqui, lembrava que era uma obra que tinha atravessado vários Governos, mas que o Governo anterior, assumiu decisivamente a decisão de a levar a efeito, e este Governo tinha cumprido com aquilo que já vinha do Governo anterior. -
A abertura do Concurso Público do Sistema Elevatório Principal das Águas Residuais na ZIM, de um modo geral, dizer que, era com iniciativas deste género que se promovia o investimento na ZIM, porque se dava qualidade a quem já lá estava, e que aquilo tudo a par dos investimentos que já foram sendo realizados e como estava ali também transcrito naquele documento, que tem levado a uma crescente instalação de novas unidades industriais, nesta ZIM. -----
Era com aquelas acções, que se promovia o investimento no concelho, segurando o que cá estava, e trazendo novo investimento criando novos postos de trabalho e era de facto aquilo que interessava aos seus concidadãos". -----

PEDRO PARRACHO disse: -----
"Em relação à questão da educação, queria deixar apenas uma questão. O que é que actualmente este Governo trouxe de novidade ao Concelho de Ílhavo, ao nível da Educação? Que de facto, de tudo aquilo que o Governo tinha

apresentado, a maioria, já tinha sido implementado há muito tempo no nosso Concelho. Estamos bem à frente da realidade nacional. -----

O Governo estava a disponibilizar mais verbas para as novas competências que queria passar para as autarquias. Aquela também era uma questão que começava a deixar alguma curiosidade porque existia um quadro de intenções para passar algumas das responsabilidades, e competências para as autarquias. -----

Existia já por parte da ANMP alguma confirmação, alguma informação que de facto, também as verbas irão ser transferidas, ou aquilo eram só as competências? -----

A outra questão que achou interessante foi que afinal o tempo repunha a verdade. Aquilo que se ouvia antes das eleições autárquicas por parte da oposição, que acusava a Câmara de estar praticamente mal com todas as associações, era agora, realmente espantoso ver que as associações afinal tinham celebrado protocolos e acordos com a Câmara Municipal. Será que o tempo vinha demonstra-lhes que afinal de contas, das duas uma, ou as pessoas removeram muito, ou então, havia ali muita inverdade. -----

Fazia um alerta para os dejectos os canídeos. Nosso Concelho e isto por falta de civismo das pessoas, passam a passear os cãesinhos e não têm qualquer preocupação com a quantidade de dejectos que ficam pelos passeios. Que têm tido alguns munícipes que lhe falam daquelas coisas. O que é que realmente se podia fazer para sensibilizar as pessoas a ter mais algum cuidado, e alguma formação. -----

Sobre o ponto trinta, o URB COM, focava ali alguma preocupação nas acessibilidades aos deficientes aos estabelecimentos que irão beneficiar, e não só. Na envolvente do centro de Ílhavo, se de facto, olharem desde a Caixa Geral de Depósitos que é uma entidade do Estado., o edifício das Finanças, toda aquela rede de cafés e outros serviços, nenhum deles contemplava a acessibilidade para deficientes. Segundo a Lei que existia 123/97, e que ainda existe até a nova Lei ser promulgada, que depois irá dar mais algum tempo para que as pessoas se tornem a re-preparar para criar as acessibilidades, achava que era interessante, dado que se vai investir dinheiro, fazer algum acordo com os próprios estabelecimentos para criarem aqui acessos. A maior parte dessas questões, as pessoas deficientes têm que estar sempre dependente da boa vontade dos cidadãos que passam para lhes permitir o acesso aos estabelecimentos. Era importante uma vez que estavam a mexer naquela área"-----

FERNANDO NASCIMENTO disse: -----

"Esta Câmara tem-nos habituado nos últimos anos a apostar forte na juventude. Como consequência daquela aposta tem fortalecido a colaboração com associações e jovens. -----

Neste início do mandato este executivo provou que continuava a apostar forte nesta área. -----

Para os mais jovens colocou em prática apoios como os que eram dados pelo Plano de Intervenção Educativa. Plano aquela que permitia uma formação muito rica, com acções que iam desde a formação ambiental, rodoviária, até aos programas de iniciação ao desporto. -----

Continuou com a atribuição de bolsas de estudo, a estudantes carenciados, ajudando assim a combater o abandono escolar, e permitindo-lhes um futuro mais promissor. -----

Para os mais crescidos, apostava na continuidade de programas como a UNISAFE, apoiando-os assim, numa altura difícil da vida como era entrar no mercado do trabalho, com formações e programas de informação e orientação para melhor escolherem o seu futuro. -----

Para todos, acções como o FESTILHA, que tem vindo a crescer e a melhorar de ano para ano, permitindo um convívio e um serão agradáveis a quem participava. Tinha participado em quase todas as edições, e era com gosto e satisfação que ouvia elogios à sua organização e manifesta vontade de todos em voltar. -----

Com certeza, que toda aquela aposta na juventude iria continuar. -----

Deixava nora do excelente trabalho que este executivo estava a fazer". -----

EDUARDO FERREIRA disse: -----

"Querida dizer ao PSD, que a questão levantada sobre a mancha de pinheiros secos, não era só de agora. O PSD já era governo há oito anos consecutivo e que a mancha de pinheiros secos tem muito mais de oito anos, e que só agora é que tinha sido levantada aqui a questão. -----

Aliás, o primeiro partido a levantar aquela questão felizmente tinha sido o CDS, em acta que tinha sido aprovada hoje. --- Já não era a primeira vez. Há doze anos esteve nesta casa e que voltava agora, e que já não era a primeira vez que o PS mandava calar exaltadamente outras pessoas. Sinceramente nunca tinha visto aquilo que se havia alguém naquela casa com capacidade legal para interromper alguém, é a mesa na pessoa do Sr. Presidente-----

Depois havia outra questão que era assim. Também tinha sido dito pelo PSD, que a oposição estava calada. Pois estava. Como diz o outro, falam, falam, e repetem-se muito". -----

REQUERIMENTO APRESENTADO PELOS MEMBROS DO PS. -----

O Sr. Presente da Assembleia Municipal leu o requerimento apresentado à mesa pelos membros afectos ao PS: -----

"Requeiro que a proposta apresentada para eleição do Presidente da Junta para o Congresso da ANMP seja apresentada na Ass. Municipal, para análise. -----

Pel'Os Membros do PS, -----
Ass)- Humberto Rocha" -----

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, passou à leitura da proposta a que se refere o requerimento anteriormente transcrito: -----

“Atenta à necessidade de promover à eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para participar no próximo Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), propõe-se a designação de Domingos Manuel Ferreira Vilarinho, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, para em representação da Assembleia Municipal de Ílhavo, participar no referido evento. -----
Ílhavo, 25 de Novembro de 2005-----

O Grupo do PSD” -----
Esclareceu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que do documento anteriormente transcrito constavam apenas as assinaturas dos membros do PSD. -----

Pelo Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder as citadas questões:-----

2ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS). -----

“Às questões colocadas pelo membro Alberto Loureiro, referenciava o seguinte: -----
Não faltavam dois lotes. A referência aos lotes em 2004, que a soma dá 78, e não oitenta como a de 2002 e 2006, tinha a ver com o facto de dois lotes não se enquadrarem em 2004, em nenhuma das situações do quadro. Estavam os dois com situações pendentes de decisão, e que, portanto, não se enquadravam em nenhuma daquelas notas. Tinha só a ver com aquilo, pelo que não havia nenhum erro. -----

Em relação a situações resolvidas citava uma, que era respeitante ao lote de uma empresa designada por ARMANIBAL, e que o Tribunal tinha decidido de uma forma inacreditável a sentença do Tribunal que deu razão à ARMANIBAL. -----
Faria chegar uma cópia ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, porque era um tratado inacreditável a sentença do Tribunal. -----

As outras situações encontravam-se ainda em Tribunal pelo que não tinham ainda sentença, porque os processos estavam ainda a correr. -----

Quanto à questão apresentada pelo membro Humberto Rocha, disse que seguiria a metodologia que vinha seguindo desde que tinham tido um acordo na Assembleia. Tudo que respeitasse à actividade municipal estivessem explicitadas na exposição ou não, serão tratadas no primeiro ponto. Faziam assim há vários anos, e que iria continuar a fazê-lo. -----
Fazia as exposições como bem entendia. Tinha entendido interessante politicamente colocar no ponto respeitante ao Congresso da ANMP, a referência que de facto a proposta da eleição do Sr. Domingos Vilarinho, tinha sido feita pelo PSD. Entendia que era um dado politicamente relevante, sendo tão verdade que a proposta tinha sido do PSD, como é verdade que as restantes bancadas subscreveram. Mas que eram dois actos diferenciados. Uma coisa era propor, outra coisa é subscrever. Esta era a verdade histórica. -----

Tinha o direito de escrever as exposições como muito bem entendia, e que procurará sempre não faltar à verdade, ser rigoroso, não ferir a dignidade de ninguém. -----
Registava as referências do membro Flor Agostinho. -----

Em relação aos pinheiros da Colónia Agrícola, gostava de agradecer aquilo que disse e ao membro Eduardo Ferreira, porque as duas coisas eram verdadeiras, com um problema. -----

Os problemas técnicos do arvoredo da Colónia Agrícola e da nossa mata nacional, tinha mais de vinte anos. O problema era velho. O Ministério da Agricultura era quem tinha de tratar do problema, já que nunca o tinha tratado. Tinha começado no tempo da Srª. Engª Alda, na altura em que ainda havia Direcção-Geral de Florestas, tendo sido iniciada a substituição de um primeiro talhão, a Norte da mata nacional, e que tinha ficado por ali e nem esse processo tinha sido terminado. ----
Havia um compromisso novo do Ministério da Agricultura: iria haver uma reunião, porque o Ministério queria pegar na matéria, por dois motivos: por um lado, a segurança, e por outro, o risco de incêndio, que aumentava por termos uma manta morta. -----

À questão apresentada pelo membro Álvaro Ramos disse que mantinham uma pressão forte sobre a nossa GNR para fazer bem o seu trabalho. -----

Em relação ao Esteiro da Malhada, deixava claro que o projecto estava pronto. Estavam à procura de resolver duas coisas, a sustentabilidade financeira da obra, e a sustentabilidade ambiental também da obra, porque ela tinha a necessidade de ter antes, a recepção de um efluente tratado. O Esteiro da Malhada, recebia um efluente não tratado e era preciso agir sobre isto para recuperarem o Esteiro da Malhada em pleno. -----

O cotovelo do Amador ia avançar. Estavam a acabar uma reformulação do Estudo Urbanístico, porque surgiram problemas legais depois da publicação do Decreto- Lei 555/99, que exigiu a reformulação do Estudo Urbanístico que estava feito desde 1998. -----

A intervenção de Espinho, ia ser feita no âmbito da 2ª fase da obra de saneamento básico da Cidade, zona velha. -----

A Quinta da Boavista e a Marina da Barra, iam em frente, estavam a trabalhar e que tinham tido muito trabalho com estes dois dossier´s. Mantinham determinação e esperança para que esses dois projectos seguissem o seu caminho. -----

O trabalho com a Câmara de Aveiro e com outras vizinhas nossas, estava a ser feito, e que ia materializar muitos projectos. Que era a sua profunda convicção. -----

Agradecia as notas do Presidente Eduardo Conde, assim como dos membros Mário Júlio e Pedro Parracho. -----

Dava nota que o URBCOM, naquilo que era a intervenção do espaço público, ia equacionar a resolução de alguns dos problemas de condicionamento de mobilidade que existiam na zona do centro da cidade.-----

Agradecia as referências dos membros Fernando Nascimento e Eduardo Ferreira, embora já ter referenciado a questão dos pinheiros, um agradecimento ao PP, pela atenção que dedicava à mata, que era uma coisa sempre muito importante. Sobre as questões colocadas antes do período de antes da ordem do dia, queria dizer o seguinte: -----

As nossas comissões municipais têm funcionado com regularidade, estavam já a preparar as primeiras reuniões não só da Comissão Municipal de Segurança, da Educação, da de Trânsito, e a da Acção Social, eram as primeiras reuniões do

mandato com excepção da Educação, que já teve uma reunião nos últimos dias de Novembro, seguiram o seu trabalho com toda a intensidade e regularidade. -----

A Lei 169/99, era uma velha questão, mas havia que ler a Lei toda. Se fossem cumprir a Lei toda teriam que trazer para a Assembleia Municipal um dossier de vinte quilos de papéis. Os Membros da Assembleia, sempre que quisessem consultar qualquer processo, saber a situação financeira da Câmara, tinham a maior disponibilidade para canalizar toda a informação, e colocá-los a falar com os funcionários responsáveis para que não houvesse ali, excesso de documentos supletivos dispensáveis, de forma que, toda a informação que quisessem a tenham. Queria autarcas bem esclarecidos. -- A produção de relatórios tal e qual a Lei exige não estava regulamentada e daí o protesto da ANMP, que era formal para que a Lei se clarifique, regulamente, pois era impraticável dar cumprimento a todas as obrigações a Lei não regulamentada a 169 e a 159, ainda hoje tinham muitos aspectos não regulamentados, e que não era possível objectivamente dar cumprimento a um conjunto de coisas que, qualquer um dos dois diplomas referenciava. -----

Em relação à suspensão do mandato não entendia muito bem, mas que ia dizer o seguinte: -----

Havia dois membros da Assembleia Municipal que suspenderam o mandato, não que porque legalmente seja obrigatório, porque não o era, mas que na sua óptica de opção política era incompatível ser assessor do Presidente da Câmara com o ser membro da Assembleia Municipal. -----

A sua leitura é legalmente compatível. Queria deixar isto muito claro. O Sr. Dr. Rogério Carlos e o Sr. Dr. Rui Dias, podiam ser membros do seu gabinete como são, meus assessores, e membros da Assembleia Municipal de pleno direito. Entendia que a ética política não devia permitir aquele tipo de situações. -----

Enquanto for Presidente de Câmara, nenhum assessor seu, nenhum membro do seu gabinete será membro do órgão que fiscalizava o órgão a que ele presidia, por questões de princípio. -----

Quando chegar ao ano de finalização de prestação de mandato, passaria a suspensão a renúncia como diz a lei, porque esperava poder manter o seu trabalho no seu gabinete, daqueles extraordinários colaboradores, dos quais não queria abrir mão. -----

Não estavam em causa questões de legalidade. Estavam em causa questões da sua leitura, aquilo que era a moralidade política da relação e um órgão que é executivo e de quem apoiava esse trabalho e de um órgão que era fiscalizador da acção desse executivo. -----

As pavimentações e o saneamento, não tinha percebido, mas que não queria perceber isto. A sua lógica era a mesma. Era fazer a obra de saneamento completa incluindo os ramais que ligam as condutas centrais às caixas laterais, que farão depois a partir delas às redes domiciliárias e que só no fim, depois de todas estas operações é que havia a pavimentação total da via. Era assim que faziam desde 1998, e que era assim que iam continuar a fazer. -----

A questão do quadro. Depois de ter lido com atenção a intervenção do membro Pedro Troia, porque ela tinha sido muito jurídica, e que obviamente tinha que ter cuidado com as respostas jurídicas, para que não faltasse nada na apreciação jurídica dele, dado que a matéria pelos vistos tem uma elevada importância jurídica para o PS. -----

Resumindo, tinham participado num leilão, em que compraram um quadro pelo valor que tinha sido referenciado, e que quiseram fazer duas coisas ao mesmo tempo. Compraram o quadro. Ele era nossa propriedade acto imediato aquela compra. O acto foi praticado por ele, e dentro das suas competências legais claras e cristalinas, e que depois havia uma tramitação financeira formal, que deviam ter sido aquele gesto. O gesto de transferência do valor por subsídio à instituição, e o deixar claro que eles o entregavam também a ele, quadro da sua propriedade, entregaram-no à instituição. Que era um acto benemérito, uma acção benemérita, mas que ele procuraria perceber bem as questões jurídicas que tinha colocado, e explica-las também bem de forma escrita, usando aqui o apoio dos seus juristas, os seus colegas, para que tenha a resposta à altura. -----

O membro Humberto Rocha achava que deveria ter dito logo na reunião seguinte. -----

Que os actos de ratificação das atitudes do Presidente tinham que ser tomados. Aquela era a indicação de que deviam ser tomados num acto o mais imediato possível. No entanto a sua prática era de fazer os actos de ratificação sem dar grande relevância. -----

Aliás, devia dizer que noutras matérias que eles tinham por tradição trazer à Câmara, e lembrava a compra de publicidade à comunicação social, havia um procedimento de ratificação, embora não legalmente obrigatório, que eles faziam e que era raro ser na reunião imediatamente a seguir. Era um formalismo que podiam cumprir, mas que não vinha mal nenhum ao mundo se não for cumprido. -----

Cláudia Santos, tinha referenciado questões ligadas ao Mercado da Gafanha da Nazaré, queria dizer duas ou três coisas. Não lhe parecia cordial esta sua intervenção, sendo voz corrente, voz pública, em alegadas promessas suas, em que consta que, achava de facto uma atitude política da maior fragilidade, da maior capacidade objectiva e de uma base de produção de insinuação, que não lhe parecia saudável. -----

Mas que ela quis usar esse tom, que desfigurava daquilo que era a relação normal naquela Assembleia, e que ficasse lá a Srª. Drª. com a voz corrente. Quando quisesse ser mais objectiva teria muito gosto. Não valia a pena dar muito ouvido à voz corrente, ao diz que diz, quando na vida transformavam aquilo que se dizia, que se ouviam em coisas muito relevantes. Aquilo ia dar asneira da grossa pela certeza, porque se dizem mil coisas sobre tudo e mais alguma coisa. -----

Amanhã não havia nenhuma inauguração do mercado. Havia sim a activação do mercado. Era o primeiro dia em que o Mercado da Gafanha da Nazaré, funcionaria no novo edifício. Estava-se a fazer um trabalho de equipa como era público, da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, em que estavam reunidas as condições para o mercado funcionar. -----

Dizer que estavam reunidas todas as condições, estava tudo no seu sítio, ia correr tudo bem, objectivamente não. A perfeição não era deste mundo. Era de um outro mundo. Mudar o mercado, e que tinham experiência de mudar mercados. Tinham mudado o de Ilhavo. Mudar uma feira. Tinha experiência de mudar uma feira, porque tinha-se mudado a Feira dos treze, eram actos muito difíceis. Mas que lhe dizia uma coisa. Preferia falar com a Assembleia depois da mudança feita e falar objectivamente. -----

A sua intervenção indiciava que o PS, queria que as coisas não corressem bem. Indiciava, que sabia que havia pessoas que têm intenções que não podiam ser cumpridas, porque padeciam de serem compatíveis com o interesse de todos e com o interesse público. Sabia que alguma dessas pessoas, intentava fazer alguma coisa que não era nobre. -----
Em resposta à questão do Sr. Presidente da Junta, foi dada com toda a clareza pelo seu representante na reunião, o Vice-Presidente da Câmara, que exercitava na reunião a presidência, o Sr. Eng^o Caçoilo e confirmava aquilo que ele dizia. -----
Registava as questões do membro Francisco Grangeia, que lhe tinha referenciado. -----
Em relação à carpintaria, já estava a decorrer uma inspecção do IGAT, por queixa de uma cidadã, a Sr^a La Salete, que dizia que se queixou ao IGAT, porque ele não a recebia. -----
Ele recebeu-a recebeu-a dezenas de vezes. Não sabia se o Sr. Vereador Eng^o. Marcos Ré, a tinha recebido tantas vezes como ele e que em reuniões públicas da Câmara, já lhe tinham pedido a conta.-----
Apenas havia um problema. É que não tinha resposta para a D. La Salete. -----
Tinha posto a questão no IGAT, pois muito bem. O IGAT tinha suscitado à Câmara explicações. Estavam a ser preparadas para serem enviadas à inspecção. Mas que antes, tinha assumido o compromisso com a Câmara. Que lhe tinha suscitado pelo Sr.Dr. Pedro Martins; que antes de enviarem o processo de resposta à inspecção, daria conhecimento formal do dossier, que iria ser enviado ao executivo municipal, e que teria gosto também em seu tempo de dar pleno conhecimento dessa matéria. -----
Queria esclarecer uma coisa ao membro José Loureiro, em relação às passagens da via nova.-----
As duas passagens inferiores, tinham aquela dimensão porque tinham sido desenhadas para serem passagens de peões única e simplesmente. -----
A solução que estava desenhada, permitia o acesso de viaturas aos terrenos, nomeadamente viaturas agrícolas, ou outras, fazendo a ligação nomeadamente do lado em que está em causa, que era o lado Norte da via, pela via paralela que tinha entrada pela rotunda do lado da Colónia Agrícola.. -----
Toda a estrutura da via permitia o acesso de viaturas a todos os terrenos e que ainda havia ali um número de pessoas relevante, e que estavam a falar de uma via rápida. Justificava aquelas duas passagens inferiores para uso de peões, dado que para as viaturas existem outras soluções. -----
Compreendesse, que esta era uma solução técnica., entendia que havia um bom equilíbrio entre as soluções que tinham sido tomadas naquele projecto e as que estavam executadas na obra. -----
Estava terminado ao processo de auditoria ao problema da Av. José Estêvão, daquele problema que existia entre o cruzamento da Rua Afonso de Albuquerque e o Largo de St. John´s, onde basicamente o problema estava. -----
O problema se restringia à conduta de águas pluviais. Não havia problemas na rede de recolha de águas residuais, e que estavam já a negociar com uma empresa, porque a solução que existia, é uma solução tecnologicamente usada, que era criar uma impermeabilização interior à conduta de águas pluviais, para evitar a penetração das areias para dentro da conduta, que provocavam à superfície todos aqueles buraquinhos que todos eles iam pisando. -----
Aquela solução tinha algo de inovador e que não era muito experimentada. Estavam a atentar ultimá-la, com uma das empresas que entendiam que tinha maior capacidade técnica para desenvolver aquela solução. Quando tudo aquilo estiver estabilizado, queria resolver aquele problema, fazendo intervenção dentro da conduta se for essa a solução final, a solução que estava apontada, e depois teria um processo de pôr o tapete para o recolocar nas devidas condições. -----
Teriam também para a operação que ter a devida sustentabilidade financeira, porque não era exactamente uma intervenção barata, e iam também olhar para a sustentabilidade financeira daquela intervenção". -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS.

EDUARDO FERREIRA disse: -----

"Sobre a questão que colocou da suspensão do mandato, era claro que tinha colocado à mesa mas tinha obtido uma resposta cabal por parte do Sr. Presidente da Câmara. Sabia que havia resposta que tinha que ser dadas por ele, que eram objectivas e concisas. -----
Mas que a sua pergunta não tinha sido essa., e que aliás, o seu objectivo de ter levantado a questão não era de saber, ou tornar público a qualidade técnica das pessoas que estavam a assessorar, porque tinha estima pessoal por ambos, e achava que eles tanto eram bons funcionários e bons técnicos, num lado como noutro. -----
Mas que a sua questão era outra, que era uma questão legal que era assim: -----
O 169/99 dizia que, quando havia pedidos de suspensão, a mesa aceitava-os, mas obrigatoriamente a Assembleia ou o Plenário, têm que dizer sim. É claro que ninguém ali iria dizer não. Mas era só para chamar a atenção de amanhã ou além, aqueles dois elementos estarem numa situação desfavorável em termos legais, e perdiam o mandato, antes do tempo legal, posterior àquele que eles tinham pedido. -----
E que perdendo o mandato aqui, podia eventualmente também por em causa, o trabalho que estavam a fazer. Era só esta a sua questão". -----

FLOR AGOSTINHO disse: -----

" Lamentava ter que dizer o que ia dizer, mas o Sr. Eduardo Ferreira ajudou-o a tomar essa iniciativa. -----
Relativamente à questão da mata da Colónia Agrícola só pretendia saber qual era o ponto da situação hoje. Se havia alguma atitude da Administração Central. -----
Como pessoas civilizadas que eram, que já estavam aqui nesta Assembleia há muitos anos, já ia para cerca de vinte anos, e que se orgulhavam de o ser, entendiam que o Dr. Humberto Rocha, há pouco nas suas afirmações incorreu num equívoco declaro. E que o equívoco tinha sido só este: -----
O documento que tinha sido apresentado à mesa, foi subscrito pelo PSD. Que outros dois documentos, em que se propunha a eleição de elementos para duas comissões, é que tinha sido subscritos por todos os líderes de bancada. E como tal, ele esperava que o Sr. Dr. Humberto Rocha, tivesse a coragem de actuar em conformidade, relevando o seu

declaro equivoco, com um pedido de desculpas à mesa, porque tinham ali sido feitas insinuações sobre a seriedade da mesa e sobre a seriedade deles, que não podiam desculpar". -----

HUMBERTO ROCHA disse: -----

"Que já começava a ficar cansado e achar que na verdade o Sr. passa a ser uma bola de pingue-pongue, que estava a responder. -----

Não queria que lhe respondesse a nada. Quem lhe tinha de responder era o Sr. Presidente da Câmara, e o Sr. Presidente da Assembleia. -----

Para ele era um membro da Assembleia, que tinha pura e simplesmente de fazer as suas perguntas. Estava aqui de pingue-pongue. Ora respondia para acolá, ora respondia para aqui. Tinha de fazer o seu papel e o Sr. Presidente é que tem de responder, mas não ia deixar de lhe dizer, porque tinha invocado o seu nome, que na verdade continuava a afirmar e não só ele, que aquele documento não era o documento que eles tinham assinado. Aquele documento, tinha sido substituído e que tinha ali duas testemunhas, que tinham assinado com ele. -----

Perguntou ao Sr. José Loureiro se era verdade ou não. -----

Nesta altura o 1º Secretário desta Assembleia Municipal, Carlos Sarabando, interveio para dizer o seguinte:-----

"Desculpe Sr. Humberto Rocha. Tenho que lhe dizer que não é verdade, e não vale a pena estar em discussão, porque fui eu a presidir aquela Assembleia. Quando quisesse ouvir as gravações, iria verificar que nas gravações estava lá. -----

Nesta altura o membro Humberto Rocha, dirigiu-se ao membro Flor Agostinho e perguntou o que é que o Sr. disse? Que só queria perguntar, porque não tinha ouvido. -----

Nesta altura, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se ao membro Humberto Rocha, dizendo-lhe que não o obrigasse a suspender a Assembleia. Repetiu novamente, não me obrigue a suspender a Assembleia, por favor. -----

O membro Humberto Rocha disse, que gostaria de ouvir, mas que não tinha ouvido. -----

Nesta altura, interveio novamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que disse para evitem aqueles gestos. ----

O membro Humberto Rocha disse, que não tinha feito gesto nenhum. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, interveio novamente apelando para dizer para que tivessem serenidade, que tivessem tranquilidade, havia documentos, e gravações, e que as coisas podiam ser esclarecidas sem haver necessidade daquele confronto. -----

Apelou aos dois serenidade. -----

De seguida, continuou a intervenção o membro Humberto Rocha que disse: -----

"Primeiro, Sr. Presidente registo o facto de continuar a ser ao fim de oito anos, uma referência para V.Ex^a., praticamente em quase todas as suas intervenções nesta Assembleia. -----

Segundo, queria dizer-lhe Sr. Presidente que havia uma diferença substancial entre o fazer a ratificação na 1ª reunião de Câmara, após a efectivação de um acto, ou não fazer. -----

Quando não era feita a ratificação, naqueles termos, deixa de ser a Câmara responsável, e que passava a responsabilidade a ser individual. -----

Queria dizer aquilo e resumindo, que deixava de ser a Câmara responsável pelo pagamento, e passava a ser o Sr. Eng^o Ribau Esteves, a ter de pagar o quadro adquirido no leilão". -----

JOSÉ LOUREIRO disse: -----

"Sobre o grupo do PSD, só queria dizer às pessoas que falam na oposição o seguinte: -----

Disse aquilo na sua primeira intervenção, que era um *calímero* aqui dentro. Tinha cinco minutos e enquanto eles falam, falam, como dizia Eduardo Ferreira, e que muitas vezes não diziam nada. Aquilo não era invenção minha, era dos Gatos Fedorentos. -----

V.Ex^a.,disse á bocado que na sua opinião que o Juiz não tinha actuado bem, quando deu o parecer de que a empresa tinha ganho o processo de reversão do lote. A pergunta que coloco é se a Câmara recorreu para os Tribunais respectivos. -----

Queria colocar outra questão que era a seguinte: Nas páginas 16 do documento que V.Ex^a. enviou, no ponto 30 - Apresentação Pública do URBCOM, no centro da Cidade de Ilhavo e como V.Ex^a. sabe, eu fui possivelmente dos únicos elementos da Assembleia, que estive naquela reunião. Como bem me recorde, apesar de velho, ainda tenho essa memória. Mas o que queria perguntar, era o seguinte: Por aquilo que ouviu no átrio, realmente aquilo que não verifiquei aquele entusiasmo que se esperava. Pergunto se já houve algumas candidaturas, e quantas? Se realmente há entusiasmo das pessoas, bem como, o que é que se passa, porque é interessante saber isso. Mais, se as pessoas ainda não tinham vindo até aqui, não se movimentavam, não procuravam. Finaliza perguntando se realmente tinha havido algum entusiasmo por parte dos comerciantes, em relação ao URBCOM". -----

2ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

"Depois da cena que tinha visto, levava-me a solicitar ao Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Ilhavo, que no campo das suas duplas competências de Presidente de um Órgão Partidário, e de Vereador, possa ajudar o Dr. Humberto, militante do Partido Socialista e autarca nesta Assembleia Municipal, a ter comportamentos de tranquilidade e de correcção. -----

Estava-se no século XXI, e já não havia disponibilidade para voltar a ter na Assembleia, agressões físicas como aquelas que o Sr. teve, como para com pessoas como o José Ramos, ou outras que não iria citar por falta de autorização dos próprios, e que não havia de facto disponibilidade da sua parte, para aturar aquele tipo de cenas. -----

Para quem não viu, o Sr. Dr. Humberto levantou-se ostensivamente de microfone na mão, dirigindo-se com agressividade ao Dr. Flor Agostinho, que ficou pálido, ergueu os seu dois braços e fez um ângulo de 45º, numa reacção defensiva para um acto físico provocatório e inaceitável em democracia, embora para quem já ali andavam há muitos anos, nada de novo do Sr. Dr. Humberto Rocha. -----

Tinha sido o Sr. Dr. Humberto Rocha, o próprio que tinha dito que estava cansado. A Lei tinha mecanismos para os cansados, isto é suspender o mandato durante uns meses para descansar ou renunciar e acreditava que, o Primeiro Ministro Sócrates, andava de facto, a obrigar os seus funcionários a trabalharem, para que cumpra os objectivos reformistas em que estava empenhado, nomeadamente na área da saúde, e que era lícito que o Sr. Dr. Humberto Rocha, dependendo da nomeação política do nosso Primeiro Ministro, embora por interposta delegação, esteja cansado, porque trabalhar na saúde é de facto cansativo. -----

Não estamos disponíveis para aturar cenas que pertencem ao passado; O senhor não mete medo a ninguém e não vamos andar com disputas físicas de força. -----

A nossa disputa física é feita noutros campos. Aqui tinham disputas políticas, estavam sentados, trabalhavam sentados, dirigiam-se uns aos outros com palavras, e não com gestos físicos agressivos, inadmissíveis como aquele o Sr. Dr. Humberto, tinha tido ali, para como Dr. Flor Agostinho. -----

Eventualmente o tinha safado foi o microfone, porque se não tivesse sido o microfone na mão, teria feito ao Dr. Flor Agostinho, o que tinha feito ao José Ramos, isto é de lhe meter as mãos no pescoço. -----

Desta vez o apertado tinha sido o microfone, e que agradecia imenso à tecnologia moderna, porque noutros tempos, naquele célebre Salão Nobre, que hoje é uma sala de Tribunal, não havia microfones sem fios, e que portanto, o Sr. Dr. Humberto Rocha não teve na altura a que se agarrar e agarrou-se de forma inadmissível e intolerável ao pescoço, desse grande autarca deste concelho, que foi o Sr. José Ramos. -----

Relativamente às outras notas estavam disponíveis para o aturar. Aquelas coisas de *eu não quero, o Sr. tem que, o Sr. tem de*, Para isso a paciência era grande e a tolerância imensa. Compreendia o seu trauma de querer ser outra vez Presidente da Câmara e não o ter conseguido. Tinha tentado ser Presidente da Assembleia Municipal e não o conseguiu, e portanto, tinha aquele trauma de mandar. Compreendia isso, e estava disponível para o ajudar. Agora ameaças do foro físico teriam de ser tratadas de uma outra forma, absolutamente distinta, porque estamos no século XXI e não se admitia que alguém, além de autarca ser servidor do Estado, nomeado pelo Sr. Primeiro Ministro, venha para aqui fazer cenas inadmissíveis m qualquer cidadão, muito mais a um cidadão autarca, que foi eleito para exercer as suas funções, e que tinha sido nomeado por interposta pessoa, por função de capacidade legal delegada do Sr. Primeiro Ministro. -----

Ficava aquela referência com toda a clareza, para tentarem gerir bem este mandato. -----

Quanto às suas responsabilidades individuais ao abrigo da Lei conhecia-as e que aceitava a explicação, mas que não concordava. -----

Ao membro José Alberto Loureiro, disse que tinham perdido na 1ª Instância, recorreram à 2ª e tinham perdido na Relação. O que entendiam, era que não valia a pena recorrer ao Supremo, visto que tinha sido uma decisão sua, contra a opinião do advogado. No entanto, entendia que a forma como decorreram as duas sentenças, e aquilo que estava em causa, a argumentação na qual o Tribunal se tinha segurado para tomar a sua decisão, a probabilidade de terem o recurso com sucesso, era muito baixa, por um lado. Por outro lado, tinham tomado naquele conjunto vasto de decisões na reunião de Câmara, para além de se ter decidido não seguir com interposições de recurso sem sentenças judiciais, para agilizar o mais possível a resolução dos problemas que ainda tinham, na ZIM. -----

Era uma situação política, que estava assumida e materializada já nalguns casos. Dá como outro exemplo os recursos judiciais que vinham fazendo das hastas públicas que a Câmara vinha perdendo, quando ia um lote à praça, bem como a tomada de decisão de não fazer mais recursos sobre este tipo de situações. -----

Tinha sido um conjunto vasto de decisões que estavam na acta de reunião de Câmara. -----

Também dava nota, que estava a trabalhar no sentido de as actas irem o mais rapidamente possível para o site da Câmara, afim de toda a gente poder ter o mais rapidamente possível acesso às actas. -----

Em relação ao URBCOM, disse o seguinte: -----

Aquilo que lhe pareceu foi aquilo que também lhe tinha parecido. Não era normal estarem de acordo, mas que em relação a esta matéria estavam, embora tenham de compreender as circunstâncias, como era evidente -----

Hoje, que operadores económicos é que se viam entusiasmados, no sector comercial, no sector industrial? Não se vivia uma ambiência de entusiasmo de operadores económicos. Era a realidade. -----

Julgava, aquilo que tinha parecido ao membro José Alberto e a ele e que tinha a ver com a ambiência em que se vivia. ---

Devia dizer no entanto, que o trabalho estava aberto e em curso de informação, o gabinete estava montado, funcionando com os técnicos da Associação Comercial de Aveiro, sempre com marcações. Tem havido muita gente que quer saber, ser esclarecido, e quer ajuda no desenho das suas propostas de investimento. O processo de candidatura fazia agora um mês que tinha sido aberto, obviamente que ninguém apresenta candidaturas, e que havia uma boa maneira de portuguesa as mesmas seriam apresentadas em cima do limite do prazo, no tal dia 17 de Maio. -----

Não tinha havido nenhuma candidatura apresentada, mas que sabiam pelo trabalho daquele gabinete, que estavam a estudar, a pensar, havia interessados e que desenvolveriam todas as acções de sensibilização, porque de facto era uma oportunidade única., visto que este URBCOM não se ia repetir até 2013". -----

O membro Humberto Rocha disse que ia defender a sua honra: -----

"Todos sabiam que o Sr. Presidente da Câmara falava muito e que ia puxar coisas. Era trauma de pequenino, de que depois corriam os fantasmas atrás dele. -----

Era tempo dele deixar os fantasmas e deixar de ter aquelas traumas, e que portanto, quando se referiu ao Sr. Presidente, não era para o Sr. deixar de se rir, que risse quando quisesse e muito bem entendesse, mas que era naquele tipo de aforismo que havia, *estás a rir*, não um rir, mas o ri-te, ri-te. Havia um aforismo, e era nesse aspecto que tinha falado no rir. -----

Quanto ao Sr. Dr. Flor Agostinho, disse só querer ouvir, porque não tinha ouvido. Quando as pessoas estavam ali, deviam falar umas para as outras, e não estarem a criticar-se mutuamente. -----

Ali, quem devia dar respostas era o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia.-----

Agora havia o rir e o rir. Havia aquele riso amarelinho, quando a gente via que alguém tem razão, ria o chamado riso amarelo".-----

3ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

"Só uma nota sobre esta defesa da honra. Julgava que a única relevância que a defesa da honra do Sr. Dr. Humberto tinha, era ferir a sua própria honra. Era a auto-desonra, aquilo que tinha acabado de fazer.-----

Aliás, em primeira instância fazer a defesa da honra do PP, porque achava que era muito bonito o riso amarelo. Era um riso popular, então quando misturado com o azul, ainda ficava melhor.-----

A nota da auto censura do Sr. Dr. Humberto que tinha a ver com o fantasma. que não o tinha como um fantasma, mas o Sr. Dr. caracterizou-se como um fantasma. Não. O Sr. Dr. era uma realidade, era uma referência como Presidente de Câmara como o mais negativo que este Município tinha conhecido, e portanto conheciam-no bem.-----

Portanto, ficava a nota, de que não tinha ferido a honra ao Sr. Dr. Humberto Rocha como era evidente".-----

AUDIÇÃO DO PÚBLICO.-----

O Presidente da Assembleia informou que se esgotou a Ordem do Dia e por esse motivo perguntou ao público presente nas galerias do Salão Nobre, se estava interessado em intervir, tendo apenas o Sr. Dr. Vieira da Silva manifestado tal desejo, pelo que lhe foi dada a palavra de imediato:-----

VIEIRA DA SILVA disse:-----

Vinha a falar a título pessoal e não representava ninguém.-----

Considerando que a Rádio Terra Nova, tendo desenvolvido ao longo de vários anos um serviço público fundamental, que aliás ultrapassa os limites deste concelho, e se alarga às comunidades ilhavenses emigrantes, facto que é conhecido por todos, atrevo-me a perguntar se seria possível esta Assembleia propor ao Exmº Sr. Presidente da Câmara:-----

Primeiro, o estabelecimento de um subsídio único e imediato, para atenuar as dificuldades surgidas com a destruição da antena daquela rádio;-----

Segundo, o apoio explícito no sentido de propor às entidades superiores, que em tempo, ao que julgo saber, impediram a criação de uma zona de protecção da antena, que assumam as devidas responsabilidades e estabeleçam a necessária indemnização à Rádio Terra Nova.-----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder:-----

PRESIDENTE DA CÂMARA disse:-----

"Registava a sua ideia, mas dizia o seguinte: a Câmara tinha a melhor relação possível com a Direcção da Rádio e que estavam em contacto com eles na cooperação institucional, normal e tranquila, de duas entidades que se relacionavam, com a maior facilidade do mundo, e que portanto, embora registando aquilo que tinha dito, com a maior consideração devia dizer-lhe que tinha muito mais consideração com a relação directa que a Câmara tem com a Rádio e o zelo do seu Presidente, não tendo demorado dia nenhum para colocar a questão à Câmara e poderem equacionar a cooperação com a Câmara e com o dono do coberto florestal que estava em causa.-----

Portanto, ficava o registo, Sr. Presidente, mas que aquela matéria, estava a ser tratada no âmbito da relação bilateral, institucional e normal, que tinham com a Direcção da Rádio, como não podia deixar de ser".-----

Após devido esclarecimento e não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas 00horas e 40 minutos.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa.-----

O Presidente da Mesa_____

O 1º Secretário_____